

1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

(In)justiça social e ruralidades em  
tempos de emergências climáticas



Síntese Grupo de Trabalho 11 - Mulheres do  
campo, das águas, das florestas e da  
agricultura urbana em tempos de emergências  
climáticas: experiências de resistência e  
reconstrução dos territórios



Realização





1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º  
**ENCONTRO**  
da Rede  
de Estudos  
Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



## **Síntese Grupo de Trabalho 11 - Mulheres do campo, das águas, das florestas e da agricultura urbana em tempos de emergências climáticas: experiências de resistência e reconstrução dos territórios**

Coordenação:

Karla Emmanuela R. Hora – UFG (Goiás)

Laeticia Jalil – UFRPE (Pernambuco)

Rodica Weitzman – CPDA/UFRRJ (Rio de Janeiro)

**Resumo:** Este GT tem por objetivo compreender como as mulheres do campo, das águas, das florestas e da agricultura urbana desenvolvem experiências de resistência e reconstrução dos territórios em tempos de emergências climáticas, de novas ruralidades e da reconfiguração das políticas públicas e das relações com o Estado num período de retomada parcial da democracia. No diálogo entre os estudos feministas com os do mundo rural, propomos três eixos de reflexão: (1) análise das ameaças e resistências vivenciadas; (2) compreensão das formas de cuidados e alternativas; (3) retomada de políticas públicas pós 2023 e os reflexos “pós-pandemia”. Acoradas em novos paradigmas, como a economia feminista e a agroecologia, valorizam-se saberes, conhecimentos, e transformam-se as práticas sociais. Nesse fazer-refletir-agir interseccional (Hill Collins, 2015), partindo de vários campos do conhecimento, pretendemos promover reflexões críticas sobre as formas complexas de luta pela terra e território e as vivências das mulheres. Para isto, **22 trabalhos foram selecionados, envolvendo 50 pessoas**, refletindo sobre a luta e vivências das mulheres.

**Palavras-chaves:** Mulheres Rurais; Cuidados; Políticas Públicas.



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



## INTRODUÇÃO

Em 2024 o planeta registrou 1,55°C acima da temperatura média medida para o período pré-industrial (WMO, 2025), a primeira vez em que a temperatura limite no Acordo de Paris – de 1,5° C - foi ultrapassada. Tal dado, coloca-nos num contexto crítico para ações de mitigação e de adaptação das mudanças climáticas abrindo cenários futuros desoladores e incertos para as populações, principalmente para os grupos vulnerabilizados. A recorrência dos eventos extremos já não é uma novidade: inundações, estiagens prolongadas e incêndios agravados pela ação humana tem comprometido diferentes localidades. De forma paralela, doenças (re)emergentes também abalam os territórios, impactando a sociedade de maneira abrupta e inesperada.

A riqueza segue cada vez mais concentrada (Oxfam, 2024) enquanto os custos ambientais e sociais da crise cada vez mais divididos. Os territórios já afetados historicamente por práticas violentas de destruição promovidas pelo agronegócio e pelo neoextrativismo agrário (Goez; Hora e Sauer, 2023), vivenciam novas formas de exploração e dominação, intensificando-se o racismo ambiental (Pacheco e Faustino, 2013) e novas formas de controle sobre o corpo e a vida das mulheres.

Sob as pressões do neodesenvolvimentismo (Porto, 2018) o capitalismo impõe um modelo de desenvolvimento que abre espaço para uma transição energética ancorada no “capitalismo verde, ou energia limpa”, na maior concentração da terra e do capital, e aprofundam-se as formas de violência sobre os povos e o território com ataques à vida (veneno, queimadas, desmatamento, massacres e assassinatos) e à diversidade cultural. Tudo isso impacta a vida das mulheres nos territórios.

Como forma de resistência, o trabalho realizado pelas mulheres, a partir da produção de alimentos, de suas práticas de cuidados com a vida humana, da natureza e de resiliência, promovem o fortalecimento do tecido social a partir de sua ação e realizam enfrentamentos cotidianos contra as formas de opressão e exploração sistêmicas criadas na junção sutil do sistema patriarcal, do racismo e do capitalismo causando efeitos sobre os corpos, a alma e os territórios.

Diante disso, para dar vida a essa proposta, este GT tem por **objetivo** compreender como as mulheres do campo, das águas, das florestas e da agricultura urbana (AU) desenvolvem experiências de resistência e reconstrução dos territórios em tempos de emergências climáticas, destacando estudos e pesquisas sobre mulheres que abrangem uma das três dimensões sobre os territórios: (1) análise das ameaças e resistências



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



vivenciadas; (2) compreensão das formas de cuidados e alternativas; (3) retomada de políticas públicas pós 2023 e os reflexos “pós-pandemia”.

Os estudos feministas já nos trazem aportes teóricos e categorias chaves (divisão sexual do trabalho, relação de poder, violência, interseccionalidade, corpo-território, identidade e orientação sexual etc.) que contribuem para uma leitura substancial das ruralidades e suas transformações em tempos de emergências climáticas. Para além disso, o feminismo também aponta a importância de uma visão interseccional (bell hooks, 2000) baseada em: raça/etnia, classe, geração, deficiência, orientação sexual e outros que contribui para perceber tanto as singularidades quanto as complexidades vivenciadas, enfrentadas e propostas por estas mulheres no contexto das ruralidades.

Considerando a dinâmica de debate proposto pela Rede de Estudos Rurais, essas reflexões se ancorarão no diálogo de três dimensões, já elencadas, onde os trabalhos foram agrupados, conforme se visualiza a seguir.

## Dimensão: Ameaças e resistências vivenciadas

Os artigos nos apresentam uma diversidade de situações de expropriação territorial, como no caso dos povos e comunidades tradicionais no estado de Pernambuco, que são afetadas pelos empreendimentos de grande porte no entorno do manguezal, a exemplo do viveiro de Camarão Costa Dourada, que sofre os impactos das grandes plantações de cana-de-açúcar que são levados pelas chuvas para o rio. Também se torna perceptível a constante especulação imobiliária de grandes empresas no ambiente pesqueiro das mulheres de Barra de Sirinhaém e Aver-o-mar, restringindo o acesso à praia. Esse relato é visto no texto SÍNTESE DIAGNÓSTICA DOS GRUPOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PROJETO JANDAÍRAS EM PERNAMBUCO, de **Fernanda Silva Nunes, Luana Cristine Ferreira da Silva e Carolina Montenegro Carvalho Pedrosa de Melo**.

É possível constatar indícios da precarização das condições socioambientais de forma minuciosa em vários textos analisados. No contexto das zonas semiáridas de Uronga de Inhambane em Moçambique (**Mucuho, 2025**), por exemplo, vislumbramos um alto grau de vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas, a partir da escassez de água e a ocorrência de fenômenos extremos, como ciclones violentos, que se tornam cada vez mais frequentes. No contexto amazônico em Santarém, PA/Brasil, são relatados os impactos das estiagens severas e prolongadas, que comprometem a pesca artesanal e colocam em risco a produtividade de cultivos essenciais como mandioca e hortaliças (**Santos e Marques, 2025**). São situações adversas, desde a privatização de locais públicos e a mercantilização da natureza até as estiagens e desastres rotulados como



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



“naturais”, mas em todos os textos detectamos fortes manifestações de práticas criativas de “(re)existência” a partir das diversas formas de resiliência climática, reveladas nas táticas de mitigação e adaptação protagonizadas pelas mulheres dos campos, da floresta e das águas. Nestas localidades, que são sujeitadas aos danos e riscos ambientais, chamadas de “zonas de sacrifício” (Viegas, 2006; Bullard, 1996), brotam múltiplas iniciativas – todas as quais são enquadradas como formas de “resistência” -, e que serão examinadas a seguir.

Em nove dos trabalhos analisados, as múltiplas expressões da resistência são evidenciadas nos gestos cotidianos, a partir das relações costuradas com “os comuns” – sinais de um patrimônio material e imaterial imensurável. Todas estas formas “cotidianas de resistência” (Scott, 1985), protagonizadas por mulheres nas suas comunidades e territórios, demonstram a força dos “comuns” enquanto princípio da organização da sociedade (Federeci, 201), que rege as experiências de reciprocidade e possibilita a sustentação do “bem viver.” Visualizamos, a partir de vários casos revelados nos artigos, de que modo as inventividades do cotidiano feminino, que brotam das cozinhas, casas e quintais, relacionam-se ao cuidado das pessoas, dos corpos e, ao mesmo tempo, dos campos, das águas e das matas. **Anastância Mucuho** (2025) conta o caso da Dona Júlia, viúva de 62 anos que, perante “três anos consecutivos de estiagem e seca que devastaram os seus campos agrícolas”, mostrou a força coletiva dos processos de “inovação” no campo agroecológico quando, “sem apoio governamental, organizou, com outras quatro mulheres, a criação de uma pequena horta comunitária sob árvores, aplicando técnicas inusitadas dentro dos chamados ‘canteiros-sombra.’” Estas práticas de resistência envolvem uma reconfiguração de espaços que, convencionalmente, tem sido classificados como “esferas privadas” e que são relegadas às margens dos processos políticos padronizados.

Vemos algo similar, por exemplo, no artigo MULHERES AMAZÔNIDAS, AGROECOLOGIA E COOPERAÇÃO FRENTE AOS DESASTRES CLIMÁTICOS E EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM SANTARÉM-PA da autoria de **Ádria Oliveira de Santos e Flávia Charão Marques**. Examina de que modo, no contexto amazônico, os quintais, feiras, cozinhas e casas de farinha se tornam espaços coletivos de “reinvenção cotidiana” da política, onde o valor não é mensurável em termos financeiros, mas comunica com um conjunto de princípios sociais, como sensações de pertencimento coletivo fortalecidas pela propagação de memórias.

Os processos organizativos protagonizados por coletivos, grupos e associações de mulheres tem como eixo central a renovação incessante de redes de solidariedade que sustentam um fazer-político vinculado à produção, beneficiamento e comercialização de



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



alimentos, abrangendo também as formas de “cura”, vinculadas ao universo das plantas medicinais. **Ádria Oliveira dos Santos e Flávia Charão Marques** trazem um retrato da produção e comercialização de alimentos de base agroecológica no contexto de associações como a AMTR, através de diversos dispositivos, como feiras, puxiruns, casas de farinha e quintais produtivos. A “Agroecologia” transparece como um elemento central de valorização dos saberes enraizados no trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres do mundo rural a partir de um amplo leque de práticas, como o plantio consorciado, a conservação de sementes crioulas e o manejo de áreas de várzea, de modo que fortaleçam sistemas agroalimentares diversificados e resilientes.

Reparamos, também, a diversidade de iniciativas protagonizadas por mulheres no contexto do Projeto Jandaíras, no texto MULHERES JANDAÍRAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DO SERTÃO E LITORAL DA BAHIA elaborado por **Aryella da Silva Leite, Danielle da Silva e Laeticia Medeiros Jalil**. Ali, tais iniciativas coletivas são registradas nas experiências de “cozinhas solidárias, roçados comunitários, coleta de licuri nas áreas comuns e comercialização coletiva e legados culturais, como o museu e suas músicas e danças, tudo envolvendo a preservação de saberes, sabores e do meio ambiente”.

O artigo EMPODERAMENTO FEMININO NA REFORMA AGRÁRIA: TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA, de **Rubens de Oliveira Eliziário, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Luiz Antônio Baroni**, destaca as estratégias específicas de resistência, como a criação de associações e a preparação de sucessoras. O texto parte do pressuposto de que o acesso à terra, que teve como marco a efetivação do direito ao título de posse, assegurado pela Constituição Federal de 1988, para as mulheres assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, em 2007, tem sido um fator decisivo no fortalecimento da produção de alimentos, a partir de suas práticas agroecológicas enquanto alicerces que garantem a sustentabilidade ambiental.

No caso do artigo intitulado ENTRE SECAS E CICLONES: A FORÇA INVISÍVEL DAS MULHERES DE INHAMBANE, MOÇAMBIQUE, **Anastância Armando Mucuho** revela de que modo “as redes de Solidariedade Feminina” surgem a partir da ocorrência de ciclones, enquanto uma estratégia chave para a sustentação de um tecido sociocultural com base no “cuidado coletivo.” São expressões organizativas espontâneas e informais que ganham força a partir de “pequenos grupos de trabalho comunitário onde, “em regime de revezamento, ajudam-se mutuamente a cultivar as terras - as machambas”, ou constroem “grupos de poupança”, onde cada membro/a faz sua pequena contribuição monetária mensalmente, no intuito de “(re)construir abrigos e



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



celeiros resistentes a ciclones.” São práticas que visam o bem-estar de todos/as os/as integrantes/as destas coletividades e se atentam para aqueles/as que estejam mais vulneráveis, como “órfãos, idosos e gestantes.”

Em tais situações, vemos de que modo as fronteiras das manifestações de cuidado se estendem —, nos mostrando que esse trabalho valioso, de “cuidar um/a do/a outro/a”, em todos os sentidos — é central para a sustentação das estratégias de sobrevivência e da ação política. Um ponto de destaque no contexto moçambicano é o engajamento das mulheres idosas no papel de “cuidadoras” destas redes familiares extensas, o que nos leva à uma reflexão sobre o descaso do Estado perante a responsabilização de cuidados por algumas integrantes do domínio familiar e comunitário, muitas das quais também desempenham a função de líderes comunitárias informais. Inegavelmente, faltam medidas e políticas que possam possibilitar também o “cuidado” de mulheres que sofrem limitações físicas por causa da idade avançada. Ao analisar esta chave analítica de “cuidados”, que aparece em vários artigos deste bloco temático, remetemos aqui à algumas vertentes da economia feminista (Guimaraes, Hirata, et, al 2011; Carrasco, 2006, 2017) que visam explorar as dimensões deste amplo leque de trabalhos classificados como “trabalhos de cuidados” os quais não são apreendidos como formas de “trabalho.” Não se enquadram na lógica calculista e mercantil da economia neoclássica, mas encontram sua expressão a partir de cada situação vivida em diferentes espaços da vida cotidiana dentro dos territórios rurais.

No trabalho intitulado MULHERES CAMPONESAS E INDÍGENAS DO CHILE: EXPERIÊNCIAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E FEMINISMO CAMPONÊS, a partir de uma análise do coletivo da Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indigenas (Anamuri) no Chile, **Ananza Mara Rabello** demonstra as várias facetas da construção de uma identidade política heterogênea enraizada em formas plurais de resistência. Como Svampa (2021) afirma, no bojo das estratégias protagonizadas por mulheres atingidas pelos múltiplos impactos do neoextrativismo e de fenômenos críticos vinculados às mudanças climáticas, testemunhamos “as bases de uma nova linguagem comum de valorização da territorialidade, que podemos denominar de giro ecoterritorial, ilustrado pela convergência de diferentes matrizes e linguagens.” (Svampa, 2021, p. 63). Um ponto de destaque destas lutas que refletem o que Svampa (2021) nomeia de “giros ecoterritoriais” é a conexão corpo-terra-território que tem aparecido fortemente como bandeira política no contexto das lutas protagonizadas por ANAMURI, São estas diferentes matrizes e linguagens – com base nas percepções corporais - que orientam sua ação contra o avanço dos grandes projetos de mineração, agronegócio e da violência de Estado.



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



Um outro tema emergente se diz respeito às transformações que ocorrem nos movimentos de mulheres a partir da incorporação de novas pautas políticas, em função do contexto socioambiental mutável e volátil. O texto intitulado A PAUTA CLIMÁTICA DAS MULHERES RURAIS: UMA ANÁLISE DA PLATAFORMA POLÍTICA DA VII MARCHA DAS MARGARIDAS, de **Cristiano Kerber**, por exemplo, aborda a incorporação da pauta climática pela Marcha das Margaridas a partir de uma análise sobre os modos pelos quais as questões que atravessam o campo ambiental moldam suas lutas e modificam as expressões do processo organizativo. Além de conceber a “Marcha” como um movimento pulsante e dinâmico que consegue agregar esforços coletivos em torno de uma grande ação política, também explora as nuances deste espaço político enquanto representação social, que mobiliza diversos significados com distintos atores sociais. Isso nos remete à interpretação ampla da construção dos movimentos sociais plurais e heterogêneos, trazido por Medeiros (2012). A autora define “movimentos sociais” e suas configurações organizacionais enquanto espaços propícios para a promoção de “formas de socialização política”, ora “performances coletivas” ora “interações” que constroem e reforçam “solidariedades e identidades coletivas” (Medeiros, 2012, p. 24).

No cerne destes coletivos vislumbramos a força-motora da ancestralidade: por assim dizer, o peso dos legados “deixados” pelas mulheres mais velhas e a capacidade de efetivar processos de transmissão transgeracional de conhecimentos e práticas. No caso da Anamuri, no contexto de Chile, se torna perceptível a presença marcante das mulheres mais velhas, que de acordo com **Ananza Mara Rabello**, é reflexo da valorização da experiência das anciãs nas atividades de produção alimentar, que envolvem uma capacidade ímpar de criar e renovar práticas alimentares e agrícolas. O eixo da “ancestralidade” também se apresenta como um elemento chave dos processos organizativos no contexto do Projeto Jandaíras (**Leite; Silva; Jalil, 2025**), revelando a amplitude de um projeto político que abarca o plano cosmológico. Por assim dizer, a atuação do coletivo ultrapassa o fazer agrícola, constituindo “um projeto político-cosmológico, enraizado no território, na tradição e no futuro”.

Entende-se, também, que os processos criativos de invenção incessante, a partir das relações estreitas que as mulheres costuram com o meio ambiente são nutridos pelas interações com outros atores sociais, muitos dos quais realizam intervenções junto aos “grupos-alvos” nestes distintos contextos socioambientais. Assim, no contexto de Inhambane, Moçambique, observamos de que modo os esforços de recuperação de práticas tradicionais de gestão dos recursos naturais interagem com novos conhecimentos adquiridos por meio de processos de formação promovidos por organizações locais, que incentivam a troca de experiências (**Mucuho, 2025**).



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



Cabe salientar as dimensões metodológicas dos processos de formação que tem sido levado a cabo junto às mulheres dos grupos e coletivos, muitos dos quais constituem frutos de processos orgânicos de auto-organização. No contexto de Chile, a Anamuri (Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indígenas) fortalece seu comprometimento com o feminismo camponês popular a partir de uma escola de formação política de lideranças femininas para aumentar a potência e alcance da incidência política, nomeadas de “Escuelas Ciudadana Itinerante” (Rabello, 2025). No artigo MULHERES JANDAÍRAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DO SERTÃO E LITORAL DA BAHIA (Leite; Silva; Jalil, 2025), testemunhamos os desafios inerentes aos processos de formação com grupos produtivos e agroindústrias comunitárias lideradas por mulheres que lidam constantemente com a necessidade de adequar à legislação sanitária e seguir as boas práticas de fabricação de alimentos.

Em dois artigos, testemunhamos práticas de pesquisa-ação politicamente comprometidas com os povos com os quais cada pesquisador/a trabalha, sejam estes rurais, marisqueiros, indígenas, sertanejos, quilombolas, cujos modos de existência envolvam o pertencimento mútuo entre corpo e território. No contexto do Projeto Jandaíras (Leite; Silva; Jalil, 2025), que tem sido levado a cabo com mulheres de povos e comunidades tradicionais – PCTs em Pernambuco, o uso do diagnóstico participativo através da ferramenta FOFA, que focaliza as fortalezas e oportunidades para os seis grupos produtivos tem sido uma estratégia bastante eficaz para a consolidação das identidades coletivas e das sensações de pertencimento territorial. No artigo A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA COMO UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL, elaborado por **Isabela Rodrigues Jardim, Ana Paula Furtado Rocha Gonçalves e Ivana Cristina Lovo**, reparamos com a força das “Rodas de Terapia Comunitária Integrativa” como uma ferramenta educativa, e ao mesmo tempo terapêutica, junto a estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEC), em maioria mulheres jovens e negras, na UFVJM – Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri/MG. Inspirado pelos princípios trazidos pelo método freireano e “a pedagogia engajada” de bell hooks (2021) – escritora e feminista afro-americana -, reconhecemos que é um trabalho que nos remete à abordagem metodológica dos chamados “grupos de autoconsciência” (Masson, 2007, p. 47) Estamos diante de uma das marcas da construção de espaços coletivos dentro de um viés feminista que problematiza o dualismo tanto entre as esferas públicas e privadas, quanto entre as questões sociopolíticas e pessoais, se constituindo um passo necessário para a consolidação da ação política.



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



Cabe ressaltar a ênfase atribuída à necessidade de investir na construção de políticas públicas que possam garantir uma perspectiva feminista interseccional ao longo do seu ciclo de implementação, desde o momento inicial de sua formulação, no texto de **Camila de Jesus Rocha e Maria Lúcia da Silva**, intitulado GÊNERO, RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO: A ATUAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM TERRITÓRIOS DA BAHIA DIANTE DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS. Este texto alega que, embora a “representação” das mulheres nas instâncias dos conselhos gestores e a alocação de recursos financeiros adequados para ações específicas sejam ações afirmativas necessárias, é necessário “ir além”, buscando um tratamento transversal de gênero, raça, etnia e geração em políticas públicas que articulam os eixos norteadores de uma agenda política embasada na justiça social, ambiental e climática. Essa temática será retomada no debate da terceira dimensão.

Por fim, temos o artigo FAZER E SER COMUNIDADE: INSURGÊNCIAS PARA A COMPOSIÇÃO DE PRESENTES E FUTUROS VIVÍVEIS de **Bárbara Righi Cenci**, que apresenta experiências empíricas de formação de grupos de mulheres e a construção de laços coletivos e promoção da autonomia. A reflexão tenta relacionar tais práticas dialogando com o feminismo comunitário. A autora chama a atenção com maior evidência para os cultivos de plantas medicinais e à crítica ao Antropoceno. Como o antropoceno exclui as mulheres e reverbera a inviabilidade do seu trabalho? Esta e outras questões poderão ser debatidas no coletivo.

Ao olharmos o conjunto de textos apresentados a essa dimensão, apresentamos algumas questões para o debate:

1. O avanço do neoextrativismo agrário compromete os territórios rurais e, sobretudo, as práticas agroecológicas e o extrativismo comunitário desenvolvidos pelas mulheres. Como analisar esses conflitos e repensar a ação do Estado para proteger os territórios coletivos e qualificar ações de promoção de equidade de gênero?
2. Como o antropoceno exclui as mulheres e reverbera a inviabilidade do seu trabalho?
3. Quais estratégias podem ser registradas como sendo de apoio às redes e grupos de mulheres, a partir de uma outra relação com a natureza no antropoceno/capitaloceno?



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



## Dimensão: Alternatividades e processos de organização produtiva

Embora o GT buscasse a compreensão das formas de cuidados e alternativas, viu-se que muitos dos trabalhos recebidos e selecionados dialogaram com as *diversas formas de organização social e desenvolvimento das atividades no campo*, demonstrando como essa temática segue recorrente na vida cotidiana das mulheres. Ademais, a noção de cuidado observada no texto dialoga sobremaneira com a problemática ambiental, denotando outra dimensão para o “cuidado” que é sua relação com a natureza. Isso ficou muito transparente nos artigos analisados e destacados na primeira dimensão desta síntese.

Cabe destacar, então, na dimensão das alternativas, as estratégias de luta para defender outro modelo de desenvolvimento que são construídas pelas mulheres. Essas se refletem não apenas através das táticas de “enfrentamento” direto, mas também através de “formas cotidianas de resistência” (Scott, 1985) no meio de conflitos socioambientais intensos e agudos que se configuram enquanto conflitos de valores, cosmovisões, racionalidades e modos de vida (Zhoury; Oliveira, 2007). Assim, sete trabalhos foram incluídos nessa análise que apontam para formas organizativas de cuidados com a vida no âmbito da produção, sendo essa uma nova perspectiva do cuidado, o que, de certo modo, também dialoga com a dimensão primeira. Quando se pensa o universo das mulheres há que se reafirmar que a produção da vida não se desassocia da produção de bens para os mercados. Aqui, vemos um esforço de acesso tanto aos mercados convencionais, quanto à criação de novas alternativas para um consumo consciente e responsável.

Em MULHERES ARTESÃS EM COMUNIDADES RURAIS NO CARIRI: ANÁLISE DE DEMANDAS COM AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS, **Samyr Farias Ricarte, Janailton Coutinho, Antônia Raquel de Moraes Alcântara e Rafael Luís de Oliveira** destacam para o uso da metodologia FOFA (fortalezas-oportunidades-fraquezas-ameaças) para entender o universo produtivo das mulheres. Aliás, o aspecto metodológico da investigação e o tipo de abordagem é um diferencial em muitos dos trabalhos analisados. Eles remetem não só ao universo da pesquisa, como também, procuram despertar formas de trocas de saberes e interações entre os diferentes atores envolvidos. O trabalho das mulheres está direcionado para atividades de artesanato, demandando estratégias de valorização da produção que incluem marketing e vendas. No texto em questão, vemos a discussão com o grupo de artesãs da chapada do distrito de Dom Leme no município de Santana do Cariri no sul do estado do Ceará, cujo produto é



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



derivado da renda de bilro e as cestarias. O uso de matérias primas locais aponta o conhecimento ambiental sobre o território e as práticas ancestrais destinadas ao trançado e à confecção das rendas. Novamente, vemos uma perspectiva do giro ecoterritorial se mostrando, bem como, processos de práticas ancoradas em conhecimento ancestral. No texto, os(as) autores(as) destacam que, “Para cestarias usam uma planta, chamada localmente de cipó uva e o espinho do mandacaru para produção de renda de bilro, práticas que podem ser colocadas em risco com o avanço do agronegócio e do desmatamento da região” (Ricarte; Coutinho; Alcântara; Oliveira, 2025). Apesar dessa importância, as demandas ainda se ancoram na necessidade de parcerias, apoio para obtenção de novos mercados e valorização dos seus produtos. Ademais, fica evidente o conflito com o agronegócio na região.

A preocupação com os entraves e a discussão sobre as estratégias para o fortalecimento socioeconômico e o escoamento de produtos sustentáveis artesanais também são foco do texto DA REDE DE APOIO A MULHERES ASSENTADAS - RAMAS GIRASSÓIS ÀS ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO SOCIOECONÔMICO EM CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO. Ao estudar assentamentos de reforma agrária em São Paulo, **Thauana Paiva de Souza Gomes e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante** debruçam-se sobre os canais de comercialização que dialogam com políticas de segurança alimentar. Este é o foco da Rede de Mulheres assentadas do Monte Alegre, envolvendo 30 agricultoras familiares. Segundo as autoras, “a mulher assentada, diante de suas práticas produtivas, seja no embolado dos quintais, seja nas hortas ou pomares biodiversos, resiste sob a justificativa de sua produção ou trabalho serem considerados não monetários” (Gomes e Ferrante, 2025). Ao acessarem programas governamentais elas garantem o escoamento dessa produção. Além disso, ao diversificarem suas estratégias incluindo as feiras orgânicas e a rota turismo rural, elas ganham um novo aporte de sustentação financeira. Para isto, a Rede redirecionou o foco da produção, para além das ervas, a produção agroecológica e o artesanato.

A produção de hortas e quintais também é um tema relevante entre os artigos selecionados. É ali que o trabalho de cuidados e manejo ambiental se mescla com o produtivo. Ele é feito próximo à casa, permitindo o gerenciamento do tempo do mundo da vida. Isto é visto no texto ENTRE INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS: O PROTAGONISMO FEMININO NOS QUINTAIS PRODUTIVOS que reflete sobre tais práticas em assentamentos do município de Araraquara, Estado de São Paulo. Ao buscarem visibilidade para seus múltiplos trabalhos e lutarem para participar das vendas de seus produtos, as mulheres enfrentam inúmeras barreiras cotidianamente. Esse registro



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



é exposto pelas entrevistadas, “Pra eles lugar de mulher é em casa, mulher não tem que ficar enfiando a cara onde não é para mulher” (Freitas; Carinis; Ferraz, 2025). Participar da vida pública, implica na superação das múltiplas violências que ocultam os trabalhos das mulheres, reflete o texto de **Gabriela de Menezes Freitas, Elisa Racy Carlini(s) e José Maria Gusman Ferraz**.

Essas resistências, luta por autonomia e visibilidade também é visto no texto **RESISTÊNCIA QUE ALIMENTA: O TRABALHO COLETIVO DE MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA DE GOIÁS** de **Janice Morais Oliveira, Geordana do Carmo Rodrigues e Fabiana Thomé da Cruz**. Ali, identificou-se 10 organizações protagonizadas por mulheres, dentre 36 organizações produtivas; das 10, 6 foram selecionadas por processarem pelo menos um alimento de forma conjunta. Dentre o perfil destas agricultoras familiares, o trabalho do cuidado ainda é um tema a ser enfrentado, uma vez que, algumas mulheres, só conseguem participar da produção, quando outra mulher (mãe) cuida das suas crianças. A pesquisa identificou um hiato geracional entre as participantes que abrangeu a faixa de 30 a 34 anos. Nesta idade, muitas estão focadas na maternidade, sendo difícil a participação no grupo produtivo. A organização é importante, uma vez que permite a geração de renda, embora o poder de tomada de decisão sobre os recursos ainda seja limitados. **Oliveira, Rodrigues e Cruz (2025)** destacam-se que “as motivações que levam mulheres assentadas a integrarem grupos produtivos são diversas e atravessadas por fatores subjetivos, econômicos e culturais”. E um deles, está relacionado ao apoio entre elas e os cuidados.

É esse encontro coletivo que fortalece as mulheres nas suas vivências. Elas recriam múltiplas formas de cuidados e interações nos seus cotidianos. Isso é retratado no texto **MULHERES RURAIS E SABERES TRADICIONAIS: EXPERIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO DA BAHIA**, que se debruça sobre experiências autogestionadas de cinco grupos de mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais. **Michelly Aragão Guimaraes Costa, Laeticia Medeiros Jalil e Marli Gondim de Araújo** buscam compreender os desafios, limites e potencialidades para processos de autonomia econômica e financeira são objetivos da pesquisa, que se debruça sobre o conhecimento agroecológico e os cuidados comunitários, dentre outros. A pesquisa chama atenção para o perfil dos grupos, normalmente pequenos, uma vez que, “sua participação tende a diminuir quanto maiores e mais institucionalizadas são as organizações, como é o caso das cooperativas” (**Costa; Jalil; Araújo, 2025**). Os desafios ancoram-se tanto o compartilhamento dos cuidados quanto nas estratégias de marketing



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



e comercialização. As potencialidades apontam para a autogestão e o manejo integrado da agrobiodiversidade.

Superar os obstáculos de gênero, no qual o trabalho das mulheres não é visibilizado, também é destaque no texto RUPTURAS COM A DOMINAÇÃO MASCULINA RURAL: COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS PRESIDIDAS POR MULHERES. Ali, **Eliene Gomes dos Anjos, Caiane Cordeiro de Souza e Juliana Passos dos Santos** debruçam-se em dados de 33 de 120 cooperativas distribuídas na Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul, nas quais as mulheres presidem os conselhos de administração, visando identificar o perfil destas cooperativas. Em nível nacional, o universo de cooperados registrado pelo Censo é pequeno, atingindo 9%, com maior presença das regiões Nordeste e Norte. A investigação aponta a importância de compreensão das cooperativas e o esforço das mulheres para serem reconhecidas. A dificuldade ancora-se no tempo de dedicação ao trabalho na cooperativa e os dados não registram a sobrecarga ou a dupla jornada que as presidentes e as associadas possuem ao conciliar o trabalho com os cuidados. Esse arranjo ainda limita o crescimento das mulheres no sistema de cooperativismo e indica uma lacuna a ser enfrentada. Um desafio para o cooperativismo é a agregação de valor aos produtos, superando sua venda exclusivamente *in natura*, permitindo assim, maior renda e viabilidade de investimentos.

Ao olharmos o trabalho O PROTAGONISMO DA MULHER NA MANDIOCULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM MULUNGU I, POÇÕES/BAHIA, BRASIL retomamos a produção dos quintais e da alimentação básica, como a mandioca e seus derivados. Ali, as mulheres se organizam na venda para comércios locais e, à medida que vão tendo confiança do seu trabalho, assumem um papel de liderança em movimentos associativismo. **Daniela Seles de Andrade, Lucas Aguiar Tomaz Ferreira e Fernanda Viana de Alcantara** indicam que as territorialidades produzidas na comunidade, olham o rural sob um aspecto de organização social, no qual as mulheres buscam superar os obstáculos de gênero. *O processamento da mandioca é capaz gerar oito ou mais subprodutos a farinha de mandioca, que é o produto mais consumido pelas famílias, é ali, visto como potencialidade, que as mulheres encontram alternativas de organização e renda. É nessa construção coletiva da autonomia, que elas buscam, no cotidiano, novas possibilidades entre os cuidados e a produção destinada à geração de renda.*

Por fim, esse conjunto de trabalhos retomam não só a categoria da divisão sexual do trabalho para reforçar a ideia de invisibilidade do trabalho das mulheres, como também



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



indicam que as alternativas criadas no âmbito da organização produtiva primam por estratégias diferentes dos circuitos convencionais de assessoria técnica. São pequenos grupos com atividades focadas nos quintais produtivos e procuram obter renda numa condição de sobretrabalho com os cuidados. Esses obstáculos de gênero levam a muitos desafios, desde de repensar a lógica de organização do cooperativismo até o tipo de atividade produtiva que podem se dedicar. A construção de redes solidárias e novas formas de socialização dos cuidados são práticas necessárias para que as mulheres possam efetivar processos de autonomia. Nessa condição, elas também asseguram os conhecimentos ancestrais e as práticas agroecológicas.

Quando pensamos nas alternatividades sob a ótica das mulheres, uma das formas de construção da autonomia e da articulação das ações para os cuidados, está nas estratégias de produção e comercialização. As mulheres tornam-se lideranças ao assumirem o controle da produção, apesar dos inúmeros desafios associados a isso. Nessa sua capacidade para a ação política, que envolve a reinvenção de novos modos de defender seus territórios, a partir da auto-organização e ação coletiva, com base nas suas redes de interdependência e apoio mútuo, testemunhamos um “giro ecoterritorial”, (Svampa, 2021), o que significa uma reconfiguração das pautas, reivindicações e estratégias de organização sociopolítica a partir da ligação estreita entre “corpo-território” e da aposta coletiva na força do “trabalho de cuidados” para a sustentabilidade da vida (Carrasco, 2006, 2017), que também se materializa nas relações de solidariedade e práticas de reciprocidade.

Assim, deixamos algumas questões para reflexão nesse campo de estudo:

1. Como repensar a Política Nacional de Cuidados articulando-a com as ações de apoio à produção e comercialização na agricultura familiar?
2. Como repensar o escopo de políticas públicas destinada ao apoio produtivo considerando a superação dos obstáculos de gênero e raça?
3. Como contribuir para a visibilidade das mulheres nas Cooperativas e Associações, que indicadores de cuidados poderiam ser pensados?
4. Que estratégias são adotadas para o fortalecimento dos grupos produtivos de mulheres? E que abordagens metodológicas permitem troca de saberes nas investigações?



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



## Dimensão: Políticas públicas e arranjos institucionais

Nos trabalhos que trazem a discussão sobre a políticas públicas e/ou a retomada das políticas públicas pós golpe de 2016, vemos um conjunto de textos que apresentam uma discussão teórica e metodológica sobre o acesso das mulheres rurais a algumas políticas tradicionais como crédito e ou assistência técnica, demonstrando que muito pouco foi transformado, tanto em números de acesso, quanto em qualidade e/ou capacidades transformadoras das ações das políticas públicas.

Os artigos mostram poucas mudanças nos arranjos institucionais das políticas propostas, reforçando a lógica de exclusão das mulheres rurais, sobretudo, reforçando a invisibilidade destas como sujeitos econômicos. Ainda que se considere o período de desmonte das políticas públicas entre 2016 a 2022, verifica-se sua retomada nos moldes tradicionais com poucos aportes de inovação. Chama a atenção a pouca, ou nenhuma abordagem, sobre o efeito da pandemia no universo rural, indicando que tal temática ainda não encontrou um campo de análise nos estudos de desenvolvimento rural.

No artigo intitulado ATER PARA MULHERES RURAIS: CAMINHOS, LIMITES E POSSIBILIDADES, **Marina Calisto Alves, Andreia Bugnotto Pereira e Alisson Vicente Zarnott** apresentam uma retrospectiva da política de ATER no Brasil relacionando os avanços do Estado e a relação com a sociedade civil e movimentos sociais no que se refere às propostas metodológicas para uma ATER para as mulheres. Ao analisar trabalhos e estudos sobre a temática, o artigo chega à conclusão que ainda há poucos rompimentos a lógicas mais tradicionais de execução das ações no marco das ‘Chamadas de ATER’. Embora haja inovações metodológicas e disputas conceituais de uma ATER feminista ou uma ATER para as mulheres, na prática as metodologias usadas nos projetos repetem o mesmo modelo de uma ATER convencional e, questões estruturantes, como as desigualdades de gênero, violência, divisão sexual do trabalho, permaneciam “intocáveis” no que se refere às potencialidades disruptivas que as políticas públicas para as mulheres rurais deveriam assumir.

Nessa mesma perspectiva vemos o trabalho INCLUSÃO ECONÔMICA DAS MULHERES RURAIS NO SEMIÁRIDO MINEIRO, de **Guélmer Júnior Almeida de Faria e Ana Louise de Carvalho Fiúza** que, embora trate de um estudo de caso e analisa dados sobre acesso das mulheres rurais ao crédito numa região específica, as questões apresentadas sobre as dificuldades para o acesso, os limites e entraves, e a permanência de um padrão de acesso ao crédito, tendendo a um crédito mais baixo como o PRONAF B, podem ser percebidas como universais à realidade de acesso a crédito e financiamento para as mulheres rurais no Brasil. O artigo traz uma discussão sobre inclusão produtiva e



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



acesso à crédito, nos provocando para uma maior e melhor compreensão destes conceitos, para distinguir suas diferenças, e assim potencializar a ação das mulheres como sujeitos políticos, mas sobretudo, reconhecer que as mulheres são responsáveis pela produção e reprodução da vida, de forma que as políticas de créditos devem dialogar com suas realidades. Isso recai, inclusive, sobre uma melhor e maior ação da ATER no Brasil, entendendo que crédito, fomento, ATER, acesso à terra, CAF/DAP são políticas públicas que devem andar juntas para o enfrentamento as desigualdades de gênero no meio rural, e das mulheres do campo, das águas e das florestas, com toda sua diversidade e complexidade.

O artigo SABERES E OFÍCIOS QUE SUSTENTAM O VIVER DAS MULHERES: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO IBICUI D'ARMADA/RS, de **Rosemeri da Silva Madrid**, problematiza a ação das políticas públicas para a população quilombola no Rio grande do Sul, em especial as mulheres quilombolas. O trabalho discute as políticas públicas à luz das desigualdades de gênero, dando ênfase à problemática do envelhecimento no campo e o êxodo rural, deixando para as mulheres o trabalho de cuidados e a reprodução da vida. Em um estudo qualitativo, percebe-se questões estruturais e interseccionais para a vida das mulheres quilombolas que são atravessadas por dois marcadores sociais de desigualdade, como raça e gênero. Além disso, muitas vezes, a distância territorial acaba promovendo outras desigualdades como falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação, crédito, documentação, dentre outros. Ao escutar as mulheres quilombolas, o artigo constrói outra narrativa que visibiliza e reconhece estas mulheres como sujeitos políticos, e que demandam ações específicas na construção de um outro modelo de desenvolvimento rural. Embora haja um avanço significativo de políticas para esta população, no que se refere as mulheres quilombolas, as políticas públicas ainda são ineficientes.

Já, **Tânia Aparecida Araujo, Maíra Rossetto e Rosane Nierotka**, no trabalho VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MEIO RURAL: INVISIBILIDADES, DESIGUALDADES E DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS, trata dos limites das ações de políticas e programas de enfrentamento à violência contra as mulheres rurais, pontuando que as questões territoriais e geográficas, mas também uma invisibilidade de outros aspectos, como ausência de dados sobre a violência contra as mulheres rurais, corrobora para a ineficiência das políticas públicas. Ao analisarem os dados da pesquisa nacional de saúde, o artigo mostra os limites das ações de enfrentamento a violência, quando não reconhece a necessidade de ações específicas,



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



territorializadas e interseccionais, neste caso, reconhecendo as especificidades das mulheres rurais no Brasil.

Como nos trabalhos anteriores, pensar e propor políticas públicas para as mulheres rurais, deve-se romper com uma lógica universalizante desta mulher como categoria uma. Os artigos demonstram a necessidade de se reconhecer, visibilizar e fortalecer as distintas formas de viver, de identidades, de saberes e de narrativas que constituem as mulheres rurais, do campo, das águas e das florestas no Brasil. O desafio é pensar as políticas e programas de enfrentamento à violência, compreendendo as bases estruturantes das desigualdades (como pobreza, cultura patriarcal, machismo, racismo), a partir da diversidade de formas de produzir e reproduzir, reconhecendo as mulheres como sujeitos políticos e fundamentais para a construção de outro modelo de desenvolvimento, a partir de um novo paradigma, interrelacionando com saúde e o bem viver das populações.

Ainda nessa seção, embora o texto não dialogue com a dimensão das políticas públicas e nenhuma das dimensões anteriores, o trabalho A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS RURAIS FEMINISTAS NO BRASIL E A REDE DE ESTUDOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES, de **Andrea Butto, Karolyna Herrera e Julia Terto**, foi alocado aqui por mostrar um importante levantamento sobre o avanço dos estudos de gênero e feminismos no meio rural, como um crescente campo de pesquisas em diálogo com os movimentos sociais e organizações. A pesquisa indica a importância do tema para reflexões sobre as políticas públicas, gênero, feminismo e ruralidades para as ciências sociais (dando destaque a sociologia, antropologia, ciências políticas e geografia), e ainda nos apresenta um desenho regional destes estudos e grupos de pesquisa. Nesta “regionalização” dos Grupos de Pesquisa sobre esta temática, destaca-se a região nordeste do Brasil, seguida da região sudeste, onde há um grande número de grupos institucionais e projetos vinculados à temática. O artigo ainda apresenta um perfil destes Grupos de Pesquisa, em sua maioria coordenados por mulheres pesquisadoras e finaliza trazendo uma análise da importância da Rede de Estudos Rurais e da institucionalização do GT específico para tratar destes temas, reconhecendo o GT como um *locus* especial para o fortalecimento destes estudos e o reconhecimento das importantes contribuições de pesquisadoras para a construção deste campo de estudos, e sobretudo na qualificação para pensar políticas públicas e na ação política das mulheres rurais, do campo, das águas e das florestas no Brasil.

Considerando o conjunto de reflexões que os textos nos apresentaram, destacamos algumas questões para este bloco:



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



1. Ainda há espaço para a inserção de ações de formação continuada para a assessoria técnica com enfoque em gênero, ao fomento ligado aos quintais produtivos, a produção agroecológica de alimentos e as práticas de cuidados nas políticas públicas? Se sim, como as experiências traduzem essa lacuna. Se não, que outras alternativas poderiam ser apresentadas?
2. Quais espaços alternativos têm sido construídos para se repensar as ações metodológicas de assessoria técnica e organização da produção? As organizações sociais de mulheres estão se inserindo nesses novos espaços?
3. Como dialogar com as ações da Política Nacional de Cuidados com as políticas de fomento à produção e o apoio aos grupos produtivos de mulheres?
4. Que inovações as políticas públicas pós 2023 estão apresentando para dialogar com as barreiras de gênero e raça no meio rural?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que o Grupo de Trabalho que discute estudos sobre mulheres do campo, das águas e das florestas tem buscado se apresentar nos diferentes encontros da Rede de Estudos Rurais numa perspectiva de criar um espaço de diálogo entre as pesquisadoras e pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Muitos dos textos, aqui analisados, interagem com outros GTs e outras indagações ou perspectivas analíticas. E isto é muito profícuo. Ademais, a própria distribuição dos textos nas dimensões apontadas aqui está longe de ser certa ou definitiva. Os estudos que abordam as relações de gênero no meio rural tendem a ser multidimensional e apresentam muitas perspectivas que vão desde a organização da produção, da problemática ambiental até às estratégias de reconhecimento de gênero. Assim, deixamos nossos profundos agradecimentos a todos, todas e todes que apresentaram seus textos, sendo que as questões apontadas indicam que ainda temos um largo campo de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BULLARD, R.D. *Unequal protection: environmental justices and communities of color*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In.: VARA, María Jesús, **Escritos sobre género y economía**. Madrid: Akal, 2006.



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



FEDERECI, Silvia. 2014. “O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva”. In: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política*. São Paulo, Sof Sempreviva Organização Feminista.

GOEZ, A. H. ; HORA, K. E. R. ; SAUER, S. . Extractivismo agrario y mercantilización de la naturaleza: Perspectivas analíticas. *Otra Economía*. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria, v. 16, p. 13-32, 2023.

GUIMARAES, N.; HIRATA, H.; SUGITA, K. Cuidado e Cuidadoras: O trabalho de ‘Care’ no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*. 2011, vol.1, n.1, pp.151-180. ISSN 2238-3875.

HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: classe, raça e gênero como categorias de análise e conexão”. In: MORENO, Renata. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

HOOKS, BELL. *Feminism is for everybody: passionate politics*. London: Pluto Press. 2000

HOOKS, BELL. **Ensinando a comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

MASSON, Laura. *Feministas en todas partes. Una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas” in: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, pp. 7- 31, janeiro - junho de 2012.

OXFAM. Desigualdade S.A. Coordenação: Anjela Taneja. Oxfam Internacional, 2024. DOI: 10.12201/2024.000007

OXFAM. Desigualdade S.A. Coordenação: Anjela Taneja. Oxfam Internacional, 2024. DOI: 10.12201/2024.000007

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 73-114

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da. [¿Desarrollo para qué y para quién?](#) La experiencia del Mapa de Conflictos Relacionados con la Injusticia Ambiental y la Salud en Brasil. Commons. *Revista de comunicación y ciudadanía digital*, v. 7, p. 193-221, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, n. 2, vol. 20, Porto Alegre: UFRGS, 1995.



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales em América Latina. In: Documentos de trabalho 59: Feminismos ecoterritoriales en América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. Fundacion Carolina, 2021. <https://doi.org/10.33960/issn-e.1885-9119.DT59>

VIEGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade ambiental e “Zonas de Sacrificio”. Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, 2006

WMO. WMO confirms 2024 as warmest year record at about 1.55°C above pre-industrial level. Press release, 10 janeiro de 2025. Disponível em: <https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level> acesso em 19jan2025.

ZHOURI; OLIVEIRA. “Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: O caso das Usinas Hidrelétricas” in: Ambiente & Sociedade. Campinas, v. X, n. 2. Pp. 119-135. jul - dez. 2007.

## TEXTOS APROVADOS NO GT

1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS RURAIS FEMINISTAS NO BRASIL E A REDE DE ESTUDOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES, de **Andrea Butto, Karolyna Herrera e Julia Terto**
2. A PAUTA CLIMÁTICA DAS MULHERES RURAIS: UMA ANÁLISE DA PLATAFORMA POLÍTICA DA VII MARCHA DAS MARGARIDAS de **Cristiano Kerber**
3. A TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA COMO UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL, de **Isabela Rodrigues Jardim, Ana Paula Furtado Rocha Gonçalves e Ivana Cristina Lovo**
4. ATER PARA MULHERES RURAIS: CAMINHOS, LIMITES E POSSIBILIDADES, de **Marina Calisto Alves, Andreia Bugnotto Pereira e Alisson Vicente Zarnott**
5. DA REDE DE APOIO A MULHERES ASSENTADAS - RAMAS GIRASSÓIS ÀS ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO SOCIOECONÔMICO EM CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO de **Thauana Paiva de Souza Gomes e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante**



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



6. EMPODERAMENTO FEMININO NA REFORMA AGRÁRIA: TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA de **Rubens de Oliveira Eliziário, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Luiz Antônio Baroni**
7. ENTRE INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIAS: O PROTAGONISMO FEMININO NOS QUINTAIS PRODUTIVOS de **Gabriela de Menezes Freitas, Elisa Racy Carlini(s) e José Maria Gusman Ferraz.**
8. ENTRE SECAS E CICLONES: A FORÇA INVISÍVEL DAS MULHERES DE INHAMBANE, MOÇAMBIQUE de **Anastância Armando Mucuho**
9. FAZER E SER COMUNIDADE: INSURGÊNCIAS PARA A COMPOSIÇÃO DE PRESENTES E FUTUROS VIVÍVEIS de **Bárbara Righi Cenci**
10. GÊNERO, RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO: A ATUAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM TERRITÓRIOS DA BAHIA DIANTE DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS de **Camila de Jesus Rocha e Maria Lúcia da Silva**
11. INCLUSÃO ECONÔMICA DAS MULHERES RURAIS NO SEMIÁRIDO MINEIRO, de **Guélmer Júnior Almeida de Faria e Ana Louise de Carvalho Fiúza**
12. MULHERES AMAZÔNIDAS, AGROECOLOGIA E COOPERAÇÃO FRENTE AOS DESASTRES CLIMÁTICOS E EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM SANTARÉM-PA de **Ádria Oliveira de Santos e Flávia Charão Marques**
13. MULHERES ARTESÃS EM COMUNIDADES RURAIS NO CARIRI: ANÁLISE DE DEMANDAS COM AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS, de **Samyr Farias Ricarte, Janailton Coutinho, Antônia Raquel de Moraes Alcântara e Rafael Luís de Oliveira**
14. MULHERES CAMPONESAS E INDÍGENAS DO CHILE: EXPERIÊNCIAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E FEMINISMO CAMPONÊS de **Ananza Mara Rabello**
15. MULHERES JANDAÍRAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DO SERTÃO E LITORAL DA BAHIA de **Aryella da Silva Leite, Danielle da Silva e Laeticia Medeiros Jalil**
16. MULHERES RURAIS E SABERES TRADICIONAIS: EXPERIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO DA BAHIA de **Michelly Aragão Guimaraes Costa, Laeticia Medeiros Jalil e Marli Gondim de Araújo**



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



17. O PROTAGONISMO DA MULHER NA MANDIOCULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM MULUNGU I, POÇÕES/BAHIA, BRASIL de **Daniela Seles de Andrade, Lucas Aguiar Tomaz Ferreira e Fernanda Viana de Alcantara**
18. RESISTÊNCIA QUE ALIMENTA: O TRABALHO COLETIVO DE MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA DE GOIÁS de **Janice Morais Oliveira, Geordana do Carmo Rodrigues e Fabiana Thomé da Cruz**
19. RUPTURAS COM A DOMINAÇÃO MASCULINA RURAL: COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS PRESIDIDAS POR MULHERES de **Eliene Gomes dos Anjos, Caiane Cordeiro de Souza e Juliana Passos dos Santos**
20. SABERES E OFÍCIOS QUE SUSTENTAM O VIVER DAS MULHERES: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO IBICUI D'ARMADA/RS de **Rosemeri da Silva Madrid**
21. SÍNTESE DIAGNÓSTICA DOS GRUPOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PROJETO JANDAÍRAS EM PERNAMBUCO de **Fernanda Silva Nunes, Luana Cristine Ferreira da Silva e Carolina Montenegro Carvalho Pedrosa de Melo.**
22. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MEIO RURAL: INVISIBILIDADES, DESIGUALDADES E DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS de **Tânia Aparecida Araujo, Máira Rossetto e Rosane Nierotka**